

A Ciência no Feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência

Hildete Pereira de Melo *

Maria Carolina Pereira Casemiro **

Resumo

A batalha travada por tantas mulheres, pelo acesso a educação elementar ou superior, está quase esquecida, diante da possibilidade atual de todas se educarem; trata-se de averiguar por que, não havendo discriminação legal, tão poucas mulheres ocupam posições relevantes no sistema científico e tecnológico. Há uma espécie de discriminação hierárquica e uma tendência a que a ciência “*hard*”, matemática, física e as engenharias ainda recebam relativamente poucas mulheres. Há uma visão estereotipada do que seja uma profissional da ciência, e faltam modelos positivos. Para quebrar o estereótipo feminino da fragilidade, para que as novas gerações possam se mirar em novos modelos, é necessário resgatar do esquecimento figuras que inadvertidamente ou deliberadamente foram ocultas na história da ciência em nosso país. Examinamos aqui a participação da mulher no sistema científico brasileiro a partir da análise de duas das mais importantes academias científicas nacionais: a Academia Brasileira de Ciência e Academia Nacional de Medicina. Em ambas o ingresso feminino foi tardio, mas essa exclusão não foi um fato isolado, acontecido apenas no Brasil; na Europa, só depois da segunda guerra mundial foi que mulheres foram admitidas nas mais importantes academias européias.

Palavras-chave: gênero, ciência, discriminação

Resumen

La batalla de tantas mujeres para tener acceso a la educación elemental o superior está casi olvidada, face a la posibilidad actual para todas de se educar; se trata de averiguar por que, si no existe discriminación legal, tan pocas mujeres ocupan posiciones de relieve en el sistema científico-tecnológico. Hay una clase de discriminación jerárquica, y una tendencia a que la ciencia “*hard*” – matemática, física y las ingenierías – aún reciban relativamente pocas mujeres. Hay una visión estereotipada de lo que sea una profesional de la ciencia, y faltan modelos positivos. Para quebrar el estereótipo de la fragilidad femenina, de modo que las nuevas generaciones tengan modlos distintos, es necesario resgatar del olvido figuras que, por inadvertencia ó intento, fueron ocultadas en la historia de la ciencia de nuestro país. Aquí examinamos la participación de la mujer en el sistema científico brasileño, a partir del análisis de dos de las más importantes academias científicas nacionales: la Academia Brasileña de Ciencias y la Academia Nacional de Medicina. En ambas el ingreso femenino fué tardío, pero esa exclusión no fué un hecho aislado o limitado a Brasil; en Europa, solamente

* Doutora em Economia, professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense. hildete@economia.uff.br

** Economista, bolsista de iniciação científica no período 2001 e 2002.

después de la Segunda Guerra Mundial las mujeres fueron admitidas en las más importantes academias europeas.

Palabras llaves: género, ciencia, discriminación

Abstract

The struggle of so many women to have access to elementary or higher education is nowadays almost forgotten, since the opportunity to be educated is presently open to all; the issue is to investigate why, since no legal discrimination exists, so few women occupy positions of relevance in the scientific and technological establishment. There is a sort of hierarchical discrimination, and a tendency for “hard” sciences – mathematics, physics and engineering – to receive relatively few women. A stereotyped view exists of what constitutes a professional of the sciences, and there is a lack of positive models. In order to break the female frailty stereotype, in order for new generations to have a different model, it is necessary to rescue from oblivion figures that, inadvertently or on purpose, have been hidden in the history of science in our country. Here we examine women’s participation in the Brazilian scientific establishment through the analysis of two of the foremost national scientific academies: the Brazilian Academy of Sciences and the National Academy of Medicine. In both, female entrance was belated although such exclusion was not limited to Brazil; in Europe, only after the Second World War women were admitted to the most important European Academies.

Keywords: gender, science, discrimination.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo mostrar que apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas no que tange a escolaridade feminina e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, as discriminações engendradas pela ancilar sociedade patriarcal ainda não foram totalmente rompidas: menores rendimentos por trabalho igual, dupla jornada de trabalho e uma ausência no sistema de poder político e social.

Ao lado das transformações ocorridas no cotidiano feminino, devido a luta anônima de milhares e milhares de mulheres, essas mudanças também se refletiram no espaço acadêmico. Assim, nas últimas décadas rompeu-se o paradigma biológico relativo as diferenças entre os sexos, para analisar o tema “mulher” e um novo conceito emergiu - **gênero**. Segundo este, as diferenças que se observam nas relações entre homens e mulheres não são de origem biológica, mas de caráter social e cultural (Oakley, A, 1972, Soihet, R, 1997). Este enfoque conduz a uma nova abordagem das relações sociais

assimétricas existentes entre mulheres e homens e esta assimetria é atribuída a distribuição desigual do poder entre ambos os sexos. Evidencia-se a reiterada ausência das mulheres do exercício do poder, tanto no setor público como no privado, e das esferas de representação política, onde são tomadas decisões de caráter coletivo que interferem na dinâmica social. Decisões que reafirmam os padrões históricos que determinam os papéis entre os sexos.

O sistema científico e tecnológico apresenta de forma exacerbada este estereótipo, desde o isolamento das mulheres das escolas até o século XIX – analfabetas e recolhidas aos lares até a entrada no ambiente escolar do ensino fundamental ao superior, de forma universal ao longo do século XX. A universalização da educação e o avanço da ciência, nestes dois últimos séculos, foi extraordinária, mas estas conquistas foram sempre apresentados como uma vitória do gênio masculino e nada melhor para tipificar esta assertiva do que analisar a trajetória das academias científicas e a ausência da presença feminina nos seus quadros, tanto no Brasil como nos demais países (Pérez Sedeño, 2001).

Como nos últimos vinte e cinco anos houve uma crescente inserção produtiva feminina no mercado de trabalho e esta foi acompanhada de aumento significativo da escolaridade das mulheres, a ponto de em 2001 as mulheres serem cerca de 52% dos ocupados com curso superior completo (PNAD/IBGE), esta taxa de participação permite afirmar que houve um avanço feminino enorme no campo educacional, sobretudo nos mais altos graus de instrução. Também se espera que este crescimento da escolaridade resulte numa diversificação ocupacional e deveria necessariamente se refletir nos centros produtores de ciência e tecnologia do Brasil. Com esta preocupação este trabalho estuda a trajetória de duas das mais importantes instituições acadêmicas brasileiras: a Academia Nacional de Medicina (ANM) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), ambas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital nacional e até dos dias atuais, instituições prestigiadas pelo meio científico do País. A metodologia utilizada foi entrevistas e análise das pastas de cada acadêmico para

assim, traçar um perfil por área do conhecimento das mulheres participantes dos quadros científicos de ambas as academias.

Academia Nacional de Medicina

Esta é uma das instituições científicas mais antigas do Brasil foi fundada em 30 de junho de 1829 como Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, sob a presidência de seu idealizador Joaquim Soares Meirelles, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento dos conhecimentos médicos no País. No ano seguinte a sociedade foi reconhecida por decreto Imperial, que aprovava seu estatuto e definia seu objetivo o aprimoramento do exercício da medicina e a colaboração com o Governo Imperial nas questões de saúde. Em 08 de maio de 1835, em consequência da transformações das Escolas de Medicina em Faculdade de Medicina, o Governo adota a Sociedade como instituto oficial com o nome de Academia Imperial de Medicina. Durante todo o período imperial as sessões comemorativas do aniversário da Academia contou com a presença do Imperador; tanto Dom Pedro I como Pedro II, este desde criança freqüentaram os salões da Academia.

Com a proclamação da República, em 1889, o Governo Provisório mudou o nome da instituição para Academia Nacional de Medicina. De acordo com seus estatutos a Academia Nacional de Medicina tem um número fixo de sócios: cem Membros Titulares e um número variável de Membros Eméritos, Honorários nacionais e estrangeiros e sócios correspondentes nacionais e estrangeiros. O membro titular deve ser brasileiro, formado no mínimo há 15 anos ou mais em Medicina ou Farmácia, *possuir memória de lavra própria e inédita, possuir atividade científico-profissional comprovada através da apresentação dos seus títulos e trabalhos* (Estatutos). As cadeiras desta categoria são divididas pelas Seções: 40 para a de Medicina, 40 para a de Cirurgia e 20 para as Ciências aplicadas à medicina. Depois de completarem 25 anos de empossados como titulares estes poderão ser membros eméritos e

assim eleger um novo titular para aquela vaga. Somente os membros eméritos e titulares podem votar e ser votados para a Diretoria da instituição. Como o número de membros titulares é fixado pelos estatutos a academia concede também o título de Membro Honorário ou Correspondente como forma de contornar a rigidez do número de titulares aos médicos ou farmacêuticos de reconhecido valor científico, também diplomados a mais de 15 anos.

A presença feminina na Academia Nacional de Medicina remonta ainda aos seus tempos imperiais, ocorreu 42 anos depois de sua fundação e a pioneira foi uma mulher excepcional - uma parteira. Primeiro porque naqueles tempos as mulheres não freqüentavam faculdades, estas só admitiram mulheres a partir de 1879. Foram jovens destemidas que abriram os portões das Faculdades de Medicina, primeiro na Bahia e depois no Rio de Janeiro para receber as primeiras estudantes de Medicina no Brasil. Segundo, só uma mulher extraordinária como Maria Josephina Mathilde Durocher (1802-93), francesa, naturalizada brasileira, parteira diplomada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no final da década trinta do século XIX. Madame Durocher clinicou durante 60 anos, como definiu Nascimento (1916, 3) *...a mais vasta clínica obstétrica do seu tempo*”, seus conhecimentos e sua experiência eram notórios, segundo Mott (1994, 102) foi a primeira mulher no Brasil a assinar textos científicos na área de Medicina no Brasil.¹ Madame Durocher freqüentou a Academia de Medicina durante 24 anos, foi nomeada por D. Pedro II como era praxe na época. Como explicar o comportamento dos doutores médicos da época? A Durocher não era médica, mas parteira, ofício sabidamente atribuído as mulheres, como extensão das funções da reprodução e cuidado com as crianças. Mott (1999, 31) afirma que o discurso médico do século XIX, desqualificava as parteiras como ignorante e despreparadas mas, estas foram por muito tempo responsáveis pelos partos e cuidados com a saúde da mulher. No caso da Madame Durocher, esta era reconhecida pela sociedade da corte, como uma parteira extremamente competente no exercício desta atividade: dividia o

consultório com um médico e outra parteira. Todavia, a desqualificação das parteiras pelo saber médico faz da admissão da Durocher um enigma: “*era melhor tê-la por perto e supervisionar suas atividades através da sua atuação na Academia*”.² Nomeada como membro adjunto em 1871, foi promovida para membro Titular em 1885.³

A segunda mulher a ser recebida como membro da Academia foi a extraordinária cientista Madame Curie, por ocasião de sua visita ao Brasil em 1926. Um homenagem idêntica foi também feita pela Academia Brasileira de Ciências. Madame Curie foi eleita na categoria de membro Honorária, sua visita era uma honra a nascente comunidade científica brasileira e tinha como objetivo promover a divulgação da ciência no Brasil. A terceira mulher eleita foi a médica e política nacional Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), paulista, primeira deputada federal eleita no Brasil. A doutora Carlota foi uma pioneira em tudo. Fundou uma associação de mulheres médicas, teve uma intensa vida profissional, membro de várias associações científicas, seus estudos foram principalmente no setor de hematologia. Estas três mulheres que conseguiram cruzar os umbrais da Academia de Medicina foram a frente do seu tempo e não tiveram sucessoras imediatas. Desta maneira a quarta eleita foi Gertrudes Meissner em 1971, como membro Honorário estrangeiro. O acadêmico Jorge de Marsillac assim comunicou-lhe sua eleição “*...quis a Academia demonstrar o alto apreço que tem pela sua obra científica e pela atuação profissional que tem desenvolvido.*” Passaram-se quase dez anos e em 1980 foi eleita a quinta mulher para a Academia: Maria Brasília Leme Lopes. Esta eleição foi o coroamento de uma vida dedicada a profissão e aos 71 anos a doutora Maria Brasília foi eleita Membro Honorário Nacional. Diplomada em Medicina pela Faculdade de Medicina da então Universidade do Brasil (atual UFRJ) no ano de 1936, desde 1944 iniciou suas destacadas pesquisas nas áreas de Hematologia e Hemoterapia.

Atualmente o quadro social da Academia de Medicina conta com quatro médicas: Léa Ferreira Camillo-Coura, eleita em 1985; Anna Lydia Pinho do Amaral, eleita em 1995; Anadil Vieira Roselli em 1995 e Talita Romero Franco em 1996.⁴ Estas são e as demais citadas acima foram todas as mulheres admitidas como participantes da Academia Nacional de Medicina.

Na posse da doutora Anna Lydia o presidente da Academia doutor Sérgio D'Ávila Aguinaga declarou *“Não existe nenhuma dispositivo estatutário que impeça as mulheres de se apresentarem ao sufrágio. Esperamos que não passem mais dez anos para ser eleita a terceira”*(1995). Na mesma tecla declarou o professor e presidente da Academia de Medicina Rubem David Azulay, ainda em 1995, na posse da doutora Anadil Vieira Roselli *“Outras colegas existem com méritos para se tornarem Acadêmicas. O que lhes falta é o desejo de se apresentarem. Que façam.”* Assim, a questão se resume ao desejo de algumas mulheres, esquecem que há uma barreira cultural invisível numa sociedade patriarcal que submete as mulheres e que o rompimento é uma determinação política.

Academia Brasileira de Ciências (ABC)

A Academia Brasileira de Ciências foi fundada em 1916, no Rio de Janeiro, como Sociedade Brasileira de Ciências, passando em 1921 para a atual denominação. Segundo o primeiro estatuto a então Sociedade foi criada para *“concorrer para o desenvolvimento das ciências e das suas aplicações que não tiverem caráter profissional”*. O motivo que levou os cientistas a criarem a Academia, passados 86 anos de história, continua explicitado no atual estatuto que traz como objetivo da Academia *“contribuir para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, da educação e do bem estar do país”*. E isto foi cumprido (Moreira & Massarani, 2001).

Durante sua história a ABC desempenhou um papel relevante no desenvolvimento da ciência no Brasil: foram iniciativas de seus membros a criação de instituições como a Associação Brasileira de

Educação em 1924 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951. Além de viabilizar publicações científicas, desenvolver programas e eventos científicos, estabelecer convênios internacionais, e disponibilizar recursos para a sociedade acadêmica.

Inicialmente a Academia era composta por três seções: Ciências Matemáticas, Ciências Físico-químicas e Ciências Biológicas. Em 1952 o estatuto foi alterado e ocorreu o desmembramento das seções de Física e Química e criada a seção de Ciências da Terra. Em 1996, foi incluída a seção de Ciências da Engenharia. E na mais recente alteração do estatuto, em 1999, a seção de Biologia foi subdividida em quatro: Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Ciências Agrárias e Ciências da Saúde, nesta mesma ocasião foi criada a seção de Ciências Humanas, sendo assim, atualmente a ABC reúne seus membros em 10 áreas de especialização.

As categorias dos Membros permanentes da Academia são: Titulares, Estrangeiros e Colaboradores. Os Membros Titulares serão cientistas “*de consagrado merecimento*”, somente eles poderão votar e ser votados na Assembléia Geral, indicando e elegendo novos Acadêmicos. Já os Membros Estrangeiros além de possuírem mérito científico devem ter “*prestado efetiva colaboração ao desenvolvimento da ciência no Brasil*”. Os colaboradores serão pessoas que “*tenham prestado relevantes serviços à Academia ou ao desenvolvimento científico nacional*”. Não há limitação no número de Membros de qualquer uma destas categorias. Ainda existe uma quarta categoria, Membro Institucional, tem caráter temporário, sendo avaliado anualmente. Esta categoria é concedida “*a pessoas jurídicas interessadas no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que se disponham a contribuir financeiramente para sua manutenção*”.

O quadro atual dos membros da ABC é composto por 571 sócios ⁵ e apenas 56 destes são mulheres ou seja 9,8% dos acadêmicos. Os membros mais importantes do ponto de vista do reconhecimento científico são os titulares estes são 334, correspondendo a 58% dos acadêmicos, mas a

taxa de participação feminina cai para 7,8%, abaixo da participação na própria academia. Considerando apenas o comportamento masculino e feminino, temos que 60% dos homens são membros titulares, enquanto só 46% das mulheres acadêmicas foram eleitas ou promovidas para tal categoria. Isto significa que no meio científico ainda reconhece de forma tímida o papel feminino no sistema científico e tecnológico (ver tabela 1).

Olhando para a distribuição das acadêmicas pelas áreas de especialização, mostrada na tabela 1, nota-se que tanto os homens como as mulheres estão mais concentrados na área de especialização das Ciências Biomédicas. No entanto, a concentração é maior para as mulheres, pois as vinte acadêmicas desta área significam uma taxa de 36% do total feminino, enquanto que a taxa de participação masculina nesta é de 21%. Agregando a área de ciências biológicas nota-se uma concentração ainda maior, mas isso apenas demonstra o peso das Ciências Biológicas e Biomédicas no sistema científico nacional.

Englobando as áreas de biomédica e física vemos que estas tem o maior peso no interior da Academia Brasileira de Ciências, juntas respondem por 40% dos Acadêmicos. Isto seguramente reflete o próprio peso da biomédica na ciência nacional, mas para a física, esta concentração talvez seja uma circunstância ligada a história da própria Academia e o papel desempenhado por estes cientistas na sua criação e desenvolvimento. De qualquer maneira o elevado número de físicos é extraordinário, quando se considera sua participação na sociedade científica nacional, esta hipótese é reforçada, inclusive, pela elevada participação de mulheres na Academia nesta área (tabela 1) e que se contradiz com o peso das cientistas físicas na estrutura do sistema científico nacional, que é muito baixo.

Olhando esta tabela pelo prisma do sexo estas taxas de participação são um pouco diferentes. Vejamos, as ciências biomédicas e físicas respondem por 39,4% dos acadêmicos do sexo masculino, mas as mulheres apresentam uma distribuição um pouco diferente. O peso das ciências biomédicas para

as mulheres é bem superior ao encontrado para o sexo masculino, das acadêmicas 35,7% estão concentradas nesta área de conhecimento, isto não é novidade em todo o Brasil há uma enorme concentração de recursos humanos neste campo do conhecimento e sua feminilização é uma realidade.

Acontece que as outras áreas femininas são as ciências químicas e biológicas, com taxas de participação semelhantes. Não que estas não tenham também uma presença masculina forte, refletindo o próprio peso destes campos do conhecimento no sistema científico brasileiro. Pode-se concluir que as ciências exatas são muito importantes no seio da comunidade científica nacional. Assim, se a área de Química apresenta um grau de feminilização grande, não há uma boa explicação na literatura para esta tendência: talvez buscar os primórdios da química com os alquimistas e os cuidados com os doentes que fizeram com que as mulheres apreendessem a manipular ervas e mezinhas, pode ser uma parte da atração pelos estudos nesta área, embora isto não passe de um aspecto folclórico com a relação a esta preferência. Por que tradições tão antigas não tem mais nenhum significado para as gerações atuais, permanece assim a questão de por que a atração feminina pela química? Marry (1994) estuda esta questão para a França e suas conclusões podem ser estendidas para o caso brasileiro. Tanto lá como cá, há uma tendência de feminilização das faculdades de química/engenharia química, aparentemente isto diz respeito as características da profissão exercida pelos seus diplomados – o ensino e o ofício estão de longa data ligados as universidades e portanto, ao ensino e a pesquisa. Estas são atividades mais adaptadas as mulheres do que aquelas ocupações da grande indústria, características das outras especializações da engenharia. Nas seções de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Ciências da Engenharia não há nenhum membro do sexo feminino. Com exceção da Saúde, as outras duas são áreas tradicionalmente masculinas, e as barreiras à entrada das mulheres ainda são muito fortes. Provavelmente o caso da ciências da saúde seja explicado pela forma como esta área foi criada na Academia.

Todavia, é na área de Ciências Humanas que as mulheres tem a maior participação proporcional; estas representam 1/3 do total dos membros desta área de conhecimento. Isto apenas confirma a feminilização desta área do conhecimento, como demonstra o estudo de Melo et alli (2002) analisando ainda preliminarmente o Diretório de Pesquisa (versão 4,0) do CNPq conclui que no campo científico das Ciências Humanas e Sociais, a presença feminina é inequívoca. O estudo de Humanidades é visto pela a sociedade como próximo do que ela reconhece como atributos femininos: docilidade e submissão. A alteração no estatuto da ABC que permitiu a criação desta área de conhecimento foi a porta de entrada para diversas acadêmicas como mostra a tabela 1, embora esta ainda seja uma seção pequena no conjunto da Academia.

Os anos noventa mostram um avanço incessante da escolarização da sociedade e as mulheres estiveram no centro desta evolução, seja pelo alongamento do processo escolar, da progressão da população ativa, pelo aumento da concorrência entre homens e mulheres pelos mesmos postos de trabalho, mas o universo escolar e profissional ainda estão separados para ambos os sexos. Há carreiras masculinas e femininas. Vejam como isto se reflete no interior da ABC, houve um avanço, há um certo reconhecimento do talento de algumas cientistas, mas são muito poucas ainda. Apenas 66 mulheres num universo de 1009 homens participaram da história da Academia Brasileira de Ciências no século XX (ABC, arquivo dos Acadêmicos e Tabak, 2002).

Tabela 1 – Número de Acadêmicos da Academia Brasileira de Ciências segundo área de especialização, sexo e categoria – Brasil – 2002

Área/ Especialização	Titulares		Associados		Estrangeiros		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Ciências Matemáticas	39	1	7	1	15	0	61	2
Ciências Físicas	59	2	11	2	25	1	95	5
Ciências Químicas	34	5	7	3	22	2	63	10

Ciências da Terra	33	1	13	3	18	1	64	5
Ciências Biológicas	18	3	6	4	52	3	76	10
Ciências Biomédicas	83	10	25	10	0	0	108	20
Ciências da Saúde	11	0	1	0	0	0	12	0
Ciências Agrárias	9	0	1	0	0	0	10	0
Ciências Engenharias	15	0	3	0	0	0	18	0
Ciências Humanas	7	4	0	0	1	0	8	4
Total	308	26	74	23	132	7	515	56

% sobre o total na categoria, sexo e área de especialização

Área/ Especialização	Titulares		Associados		Estrangeiros		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Ciências Matemáticas	12,7	3,8	9,5	4,3	11,4	0,0	11,8	3,6
Ciências Físicas	19,2	7,7	14,9	8,7	18,9	14,3	18,4	8,9
Ciências Químicas	11,0	19,2	9,5	13,0	16,7	28,6	12,2	17,9
Ciências da Terra	10,7	3,8	17,6	13,0	13,6	14,3	12,4	8,9
Ciências Biológicas	5,8	11,5	8,1	17,4	39,4	42,9	14,8	17,9
Ciências Biomédicas	26,9	38,5	33,8	43,5	0,0	0,0	21,0	35,7
Ciências da Saúde	3,6	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0
Ciências Agrárias	2,9	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0
Ciências Engenharias	4,9	0,0	4,1	0,0	0,0	0,0	3,5	0,0
Ciências Humanas	2,3	15,4	0,0	0,0	0,8	0,0	1,6	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

% homem e mulher por categoria e área de especialização

Área/ Especialização	Titulares		Associados		Estrangeiros		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Ciências Matemáticas	97,5	2,5	87,5	12,5	100,0	0,0	96,8	3,2
Ciências Físicas	96,7	3,3	84,6	15,4	96,2	3,8	95,0	5,0
Ciências Químicas	87,2	12,8	70,0	30,0	91,7	8,3	86,3	13,7
Ciências da Terra	97,1	2,9	81,3	18,8	94,7	5,3	92,8	7,2
Ciências Biológicas	85,7	14,3	60,0	40,0	94,5	5,5	88,4	11,6
Ciências Biomédicas	89,2	10,8	71,4	28,6	-	-	84,4	15,6
Ciências da Saúde	100,0	0,0	100,0	0,0	-	-	100,0	0,0
Ciências Agrárias	100,0	0,0	100,0	0,0	-	-	100,0	0,0
Ciências Engenharias	100,0	0,0	100,0	0,0	-	-	100,0	0,0
Ciências Humanas	63,6	36,4	-	-	100,0	0,0	66,7	33,3
Total	92,2	7,8	76,3	23,7	95,0	5,0	90,2	9,8

Fonte: Academia Brasileira de Ciências. Elaboração própria.

Tabela 2 – Número de Mulheres eleitas para a Academia Brasileira de Ciências segundo a categoria – Brasil – 1926-2001 ⁶

Categoria	1926	1930-1940	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2001	Total
Associado	-	-	5	4	7	4	14	-	34
Titular	-	-	-	1	3	2	14	8	28
Estrangeiro	-	-	-	-	-	-	6	1	7
Correspondente	2	1	2	1	1	1	3	0	11
Total	2	1	7	6	11	7	37	9	80

Fonte: Academia Brasileira de Ciências. Elaboração própria.

A tabela 2 mostra que até 1989 haviam sido eleitas apenas seis mulheres para a categoria de Titular, e vinte de Associados. Destas titulares, três já faziam parte dos quadros da Academia e somente foram promovidas a uma categoria mais elevada. Mas, a revolução aconteceu na década de noventa, claro, que fruto da rebelião feminina que abalou a sociedade mundial e provocou muitas mudanças sociais no papel feminino. Nesta década o número de mulheres eleitas como titulares se igualou ao de associadas e a taxa de crescimento da participação feminina foi de 106% no período. Na reforma dos estatutos da Academia de 1999 foi extinta a categoria de membro “associado”, mas não houve remanejamento das acadêmicas desta categoria para titular, apenas foram promovidas as merecedoras de tal mérito, o mesmo acontecendo com os homens. Mas, não se deve esquecer que o espaço da ABC é masculino, apenas 6,5% dos acadêmicos são do sexo feminino e ainda há áreas que não há nenhum membro do sexo feminino.

As Acadêmicas por Área do Conhecimento

Um dos objetivos deste estudo é recuperar a memória das figuras femininas que tiveram e tem grande importância no desenvolvimento da ciência e da tecnologia brasileira. Trata-se não só de fortalecer a identidade feminina para que as novas gerações possam se espelhar e almejar seguir a

carreira científica. É injusto deixar mulheres excepcionais esquecidas na história da ciência nacional, há abaixo temos uma seção com as pioneiras da Academia Brasileira de Ciências e em seguida uma síntese por área do conhecimento discriminando as cientistas que compuseram e compõem os quadros atuais da ABC.

As Pioneiras - A entrada feminina na Academia aconteceu dez anos depois de sua fundação, mas isto não significou que houvesse o reconhecimento de que havia uma cientista no Brasil. Naquele ano de 1926 recebemos a visita da maior cientista do século XX, Madame Curie⁷ e esta foi a primeira mulher a ser recebida como membro da Academia, foi uma justa homenagem dos cientistas brasileiros ao seu talento científico. Na esteira do exemplo dado por Madame Curie, como cientista, foi lembrado o trabalho de uma outra cientista de origem alemã, mas que trabalhavam no Brasil, há muitos anos e assim foi eleita Emilie Snethlage, em 26/10/1926. A doutora Snethlage era naturalista, dirigiu o Museu do Pará e seus estudos sobre as aves brasileiras foram uma grande contribuição para a história natural brasileira. Passaram-se mais dez anos para que outra mulher fosse aceita como membro da academia: em 24/08/1937 foi eleita a norte-americana/brasileira Carlota Joaquina de Paiva Maury, paleontóloga que prestou grandes serviços a geologia do nosso país. Todavia, estas três cientistas foram eleitas para uma categoria intermediária de importância: membro correspondente.

Verdadeiramente a primeira acadêmica brasileira a ser eleita para a Academia Brasileira de Ciências foi a Professora Marília Chaves Peixoto, para categoria de membro Associado da seção de Ciências Matemáticas, em 12/06/1951, tomando posse 26/06/1951. Infelizmente o dossiê desta acadêmica deve ter sido extraviado ao longo do tempo, porque não nenhuma informação além do fato que ela era professora. Finalmente na década de sessenta a professora da Universidade de São Paulo Martha Vannucci, zoóloga, naturalizada brasileira, que já integrava os quadros da Academia como Membro Associado desde 1955, foi eleita em 06/12/1966, meio século após a fundação da Academia,

como Membro Titular. Foi o primeiro reconhecimento dos cientistas nacionais da inegável liderança da Doutora Vannucci no avanço das Ciências Biológicas no Brasil.

Ciências Matemáticas - Esta seção teve em seu quadro três mulheres: Marília Chaves Peixoto, que foi a primeira brasileira a ser eleita na Academia, para a categoria de membro associado na década de trinta. Para mesma categoria foi eleita, em 1951 Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, esta é a Acadêmica viva que integra a mais tempo o quadro da instituição. A terceira eleita como membro titular em 1991 é a professora Ketí Tenenblat.

Ciências Físicas – Surpreendentemente nesta seção há cinco mulheres, embora a Física seja um dos campos científicos mais fechados a participação feminina. Dentre elas duas são membro titular, Belita Koiller, eleita em 1995, e Beatriz Leonor Silveira Barbuy, eleita em 2001. Outras duas pertencem a classe de associados: Elisa Esther Maia Frota-Pessoa, eleita em 1952 e Maria Carolina Nemes, eleita em 1995. E ainda temos Milfred S. Dresselhaus, membro estrangeira, eleita em 1976.

Ciências Químicas – Esta é uma área que relativamente há um número maior de mulheres, refletindo a feminilização da ciência química. São titulares a professora da USP Blanka Wladislaw, desde 1973, Alaíde Braga de Oliveira, eleita em 1977, Eloisa Biasotto Mano,⁸ desde 1978, Yvonne Primerano Mascarenhas, eleita em 2000 e Ohara Augusto, eleita em 2001. Eleitas como associadas temos: Otilia Rodrigues Affonso Mitidieri, em 1968, Maria Auxiliadora Coelho Kaplan, em 1988, Fernanda Margarida Barbosa Coutinho, em 1991. E ainda, Marguerite Rinaudo, em 1991 e Rosa M. de Lederkremer, em 1987 foram eleitas para a categoria de estrangeiros.

Ciências da Terra – Esta é uma área com uma pequena participação feminina, mas houve uma titular a professora Maria Regina Mousinho de Meis e atualmente a seção conta com cinco mulheres: Marta Silvia Maria Mantovani, eleita em 1996 para a categoria de Titular; Lélia Duarte da Silva Santos, Norma Maria da Costa Cruz e Cristina Maria Wiedemann, eleitas para como associadas em 1974, 1982

e 1992, respectivamente; e Ana Margarida Ribeiro Neiva eleita em 1996 para a categoria de estrangeiro.

Ciências Biológicas – Esta é uma área com forte presença feminina assim quatro acadêmicas falecidas fizeram parte desta seção: Diva Diniz Corrêa, Hertha Meyer, Annie Prouvost Danon e Johanna Döbereiner. Atualmente a seção tem em seu quadro dez mulheres. Três são titulares: Martha Vannucci, a primeira mulher eleita para esta categoria, na história da ABC, integra desde 1955 a Academia; Aída Hassón-Voloch, eleita em 1960 e Mayana Zatz, em 1995. Há quatro Associadas: Dyrce Lacombe de Almeida, Carminda da Cruz Landim, Helga Winge e Sonia Machado de Campos Dietrich, eleitas em 1964, 1979, 1996 e 1998 respectivamente. Há ainda três na Categoria de Estrangeiros: Dénise Albe- Fessard, desde 1953, Jeannine M. Yon _ Kahn, desde 1997 e Nicole Marthe Le Douarin, desde 2001.

Ciências Biomédicas - Contando com 20 mulheres em seu quadro, esta seção é a que reúne o maior número de Acadêmicas. Metade delas pertencem a categoria mais elevada, a de titular, são elas: Anita Dolly Panek, (eleita em 1971); Leny Alves Cavalcante (eleita em 1985); Antoniana Ursine Krettli (eleita em 1987); Dora Selma Fix Ventura (eleita em 1990), Lucia Mendonça Previato (eleita em 1992); Conceição Ribeiro da Silva Machado (eleita em 1993); Ruth Sonntag Nussenzweig (eleita em 1997), Shirley Schereir (eleita em 1997); Helena Bonciani Nader (eleita em 1998); Bianca Silvan Zingales (eleita em 2000). A outra metade faz parte da categoria de Associados: Mécia Maria de Oliveira, eleita em 1963, Eliane Volchan, em 1973, Zuleika Picarelli Ribeiro do Valle, em 1974, Marta Pinheiro, em 1991, Maria Marques, em 1995, Ana Maria de Lauro Castrucci, em 1996, Eline Sant'Anna Prado, em 1996, Vivian M. Rumjanek, em 1996, Thereza Liberman Kipnis, em 1997 e Rosalia Mendez Otero em 1998.

Ciências Humanas – Esta é uma das áreas do conhecimento criada mais recentemente na academia, conta com quatro mulheres, todas eleitas na categoria de Membro Titular, são elas: Elisa Maria da Conceição Pereira Reis, eleita em 1999, Elza Salvatori Berquó e Lourdes Sola, eleitas em 2000 e Maria Manuela Ligeti Carneiro da Cunha, eleita em 2001.

Tabela 3
Academia Brasileira de Ciências
Mulheres eleitas por titulação mais elevada ⁹

<u>Titulação</u>	<u>Nº</u>	<u>%</u>
Bacharel	5	10
Doutorado	43	88
Livre-Docente	1	2
Total	49	100

Fonte: ABC. Elaboração Própria.

A tabela 3 ilustra o grau de titulação das acadêmicas brasileiras, como era de se esperar a grande maioria percorreu todos os degraus do sistema universitário internacional, são doutoras, com uma taxa de participação de 88% e isso deve ser verdade também para os homens, embora numa menor taxa de participação, porque estes ingressaram na ABC muito antes da difusão massiva da pós-graduação. Por isso as que são apenas bacharéis são as mais velhas e provavelmente entraram na ABC nas décadas anteriores a grande difusão da pós-graduação no Brasil e no mundo. A grande questão refere-se a que com uma qualificação tão alta por que apenas 21 acadêmicas ou seja 43% são membros titulares da ABC?

A Academia Brasileira de Ciências congrega cientistas brasileiros e portanto deve abranger o território nacional, mas o sistema universitário e conseqüentemente o científico e tecnológico segue de uma maneira geral a distribuição do PIB nacional. Desta maneira a grande concentração da economia na região Sudeste aparece com muita força na distribuição das acadêmicas pelos estados onde

trabalham, nesta região temos 89% das acadêmicas, sendo vinte no Rio de Janeiro, dezessete em São Paulo e quatro em Minas Gerais. O Rio Grande do Sul e o Distrito Federal tem duas e o Paraná uma. Três delas trabalham no exterior, duas nos Estados Unidos e uma no Japão. A grande maioria são docentes das universidades públicas, tais como UFRJ com 15, USP com 11 e as demais repartem-se pelas universidades públicas de seus estados e alguns institutos de pesquisa do sistema federal.

Tabela 4 - Academia Brasileira de Ciências – Número de Mulheres por Unidade da Federação

UF	DF	RJ	SP	MG	RS	PR
Nº	2	20	17	4	2	1

Fonte: ABC. Elaboração Própria.

Para completar este breve perfil das acadêmicas as tabelas 5 e 6 mostram a faixa etária delas em dois momentos: na eleição e em novembro de 2002. No momento da eleição 36% delas estavam na faixa de 40/49 anos de idade, mas aquelas que ingressaram como titulares cerca de 61% estavam num patamar superior, isto é na faixa de 50/59 anos de idade. Como a carreira científica exige experiência e longo processo de aprendizado é coerente que 84% das mulheres terem sido eleitas com mais de quarenta anos de idade, havendo mesmo 9 delas acima de sessenta anos. Isto se reflete na tabela seguinte quando temos 54% das acadêmicas titulares estão acima dos sessenta anos e desta oito nas faixas de setenta e oitenta. Nenhuma titular possui menos de cinquenta anos.

Tabela 5 - Academia Brasileira de Ciências - Número de mulheres, faixa etária e categoria na data da eleição

Categoria	Faixa Etária					
	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79
Associados	1	7	16	4	2	1
Correspondentes	0	1	1	3	0	1
Titulares	0	0	3	11	4	0
Estrangeiros	0	0	0	0	0	1
Total	1	8	20	18	6	3

Fonte: ABC. Elaboração Própria.

Tabela 6 - Academia Brasileira de Ciências - Número de mulheres, faixa etária e categoria em 30/11/2002

Categoria	Faixa Etária				
	40-49	50-59	60-69	70-79	80-89
Associados	3	4	8	6	3
Titulares	0	12	6	6	2
Estrangeiros	0	0	2	3	1
Total	3	16	16	15	6

Fonte: ABC. Elaboração Própria.

O último ponto a ser levantado neste artigo refere-se a estrutura de poder vigente na ABC, as mulheres têm uma participação reduzida nos quadros da Academia, muito aquém da taxa de participação feminina quando se analisa os pesquisadores líderes do Grupo de Pesquisa do CNPq (Melo et alli, 2002), mas esta desigualdade fica mais evidente quando se analisa a partição do poder no interior da ABC. Apenas uma mulher participou da direção da Academia Brasileira de Ciências ao

longo de sua existência: a cientista Johanna Döbereiner (1924 – 2000) nos mandatos de 1991/93 (primeira secretária) e como vice-presidente no período 1993/95.

A doutora Döbereiner, engenheira agrônoma de origem alemã, veio para o Brasil em 1950 e aqui desenvolveu-se como uma cientista na vanguarda da ciência, foi seguramente a mais importante cientista do Brasil no século XX.¹⁰ Foi indicada ao Prêmio Nobel de Química em 1997 pela sua valiosa contribuição para o desenvolvimento da cultura da soja nacional, mas infelizmente o prêmio não lhe foi outorgado. Na comunidade científica nacional a Academia Brasileira de Ciências é uma instituição respeitada e participante do desenvolvimento do sistema científico nacional, mas a pequena participação feminina mostra o quão masculina ainda é a Ciência em nosso país.

Conclusões

Não se pode superar, do dia para a noite, marcos culturais que impuseram às mulheres restrições no universo de escolhas profissionais socialmente chanceladas. Os grupos sociais tendem a fazer escolhas baseadas na tradição e na experiência acumulada. Inegavelmente, as mulheres estão presentes na produção do conhecimento no Brasil, atuando expressivamente em certas áreas. No campo científico das Ciências Humanas e Sociais, a presença feminina é inequívoca. Também nas áreas ligadas a Saúde cresce o número de mulheres e, melhor, aumentam as pesquisadoras com reconhecimento nacional.

O esforço para identificar onde estão as mulheres no sistema de científico e tecnológico do país contribui sensivelmente para aumentar a visibilidade feminina. A ideologia da natureza feminina, que nos associa a atributos de docilidade e submissão, criou uma cortina de fumaça que obscureceu as formas de viver das mulheres. A rigor, na produção acadêmica, as mulheres apareciam e aparecem como uma categoria estatística. Assim, no mercado de trabalho recebem elas salários mais baixos do que os homens, apresentam taxas de rotatividade mais altas, atuam preferencialmente no setor serviços e, na indústria, estão concentradas em alguns ramos manufatureiros.

Fazer este simples diagnóstico está muito aquém do que se deseja obter do conhecimento científico, tomado como uma atividade dedicada a compreender o mundo. Das Ciências Sociais, espera-se que cumpram o papel de propor significados para a realidade social. Das demais ciências, espera-se que ofereçam contribuição relevante para o aprofundamento do conhecimento puro e, ao mesmo tempo, para a superação das desigualdades sociais e econômicas.

Analisar a situação passada das mulheres no conhecimento científico, e os reflexos deste passado sobre o presente, representa o primeiro passo no sentido de avaliar os avanços e as dificuldades encontradas pelas mulheres em sua busca por afirmação profissional em terrenos tradicionalmente ocupados por homens. Não se pode construir um projeto de futuro, de devir, para um grupo social, sem o cuidado de se conhecer em detalhes o legado do passado. Este estudo da presença feminina na Academia Brasileira de Ciências e na Academia Nacional de Medicina foi realizado com este propósito, porque acreditamos que é preciso avançar nos terrenos já conquistados, como os das ciências humanas e sociais e, simultaneamente, incentivar mais e mais mulheres a abraçar carreiras no campo da ciência, da tecnologia e da inovação.

Nos 173 anos vívidos pela Academia Nacional de Medicina só cinco mulheres foram eleitas para membro titular, enquanto existiram 612 sócios titulares do sexo masculino. Ao todo foram apenas nove mulheres que foram admitidas como membro desta centenária Academia. Nunca houve uma proibição a entrada feminina, simplesmente elas ou não podiam porque não tinham diplomas ou não ousaram pleitear uma vaga. O discurso moderno da década de noventa que alguns presidentes destas últimas gestões da Academia fazem não se enquadra na própria dinâmica de acesso a Academia, pois desde a década de oitenta foram eleitos 102 homens como titulares e destes apenas quatro mulheres. Mas, a retórica dos seus dirigentes insiste em culpar as próprias mulheres. Apesar da Medicina ser uma

área de conhecimento que caminha para a mixidade, a Academia de Medicina elegeu nos últimos dois anos dez acadêmicos, mas nenhum do sexo feminino.

A Academia Brasileira de Ciências na última década teve um comportamento um pouco mais aberto aos novos tempos. Desta forma, até 1989 haviam sido eleitas apenas seis mulheres para a categoria de Titular, e vinte de Associados. Destas, três já faziam parte dos quadros da Academia e somente foram promovidas a uma categoria mais elevada. Mas, a revolução aconteceu na década de noventa: o número de mulheres eleitas como membro titular se igualou ao de associado. Assim, a taxa de participação feminina nos quadros da ABC teve um crescimento espetacular de cerca de 106% no período. Mas, não se deve esquecer que apenas 6,5% dos acadêmicos são do sexo feminino e ainda há áreas que não há nenhum membro do sexo feminino. Esperamos que este estudo sobre a participação das cientistas brasileiras nas duas Academias contribua para levantar a invisibilidade que ainda obscurece o papel das mulheres na construção da ciência nacional.

Notas

¹ Com a criação das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia em 1832, as mulheres que queriam exercer a profissão de parteira deveriam a partir de então, fazer o aprendizado através de um Curso de Partos. Até então as licenças eram concedidas pelos médicos da Fisicatura-Mor (1808-1828) ou da Câmara Municipal. Ver sobre o assunto MOTT, 1999.

² Entrevista concedida por Maria Lucia Mott, a Hildete Pereira de Melo no dia 14 de agosto de 2002. Ver MOTT de Melo, Maria Lúcia B.Souza, *Parto, parteiras e parturientes no século XIX. Mme Durocher e sua época*. São Paulo, USP (História), 1998. Tese de Doutorado.

³ Seu prestígio foi tão forte que atualmente a Academia Nacional de Medicina oferece um prêmio com seu nome.

⁴ A acadêmica Talita Romero Franco pertence a uma valorosa família de médicas, sua avó Judith Adelaide Murity Santos, diplomou-se em Medicina em 1900, foi uma das primeiras profissionais de Medicina do Rio de Janeiro e do Brasil.

⁵ Na ABC há dois membros correspondentes do sexo masculino que não foram incluídos.

⁶ A tabela 2 apresenta duplicidade de dados, devido a promoção de membros para uma categoria mais elevada e também pela alteração em 1999 dos Estatutos da ABC.

⁷ Marie Sklodowska Curie ganhou o Prêmio Nobel de Física em 1903 e foi agraciado com outro Prêmio Nobel de Química em 1911. A sessão que elegeu-a foi no dia 26 de agosto de 1926.

⁸ Ver sobre a Doutora Mano o verbete no Dicionário Das Mulheres (2000, 194)

⁹ Esta tabela contém dados apenas para as cientistas brasileiras. Nas pastas pesquisadas não haviam dados sobre a titulação das sete cientistas estrangeiras.

¹⁰ O jornal a Folha de S.Paulo na edição de 21 de maio de 1995 classificou a Doutora Döbereiner como o sétimo cientista brasileiro mais citado pela comunidade científica internacional, seguramente a primeira mulher.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

Academia Brasileira de Ciências (ABC), Estatutos, Dossiê e Catálogos dos Acadêmicos

Academia Nacional de Medicina, Estatutos, Dossiê dos Acadêmicos.

Entrevistas:

Academia Brasileira de Ciências – Raquel Veloso, Assessora do projeto “ Memória”.

Academia Nacional de Medicina – Adriana Bandeira Cordeiro, responsável pela Biblioteca

Artigos, Livros e Outros Trabalhos

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos Demográficos, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), vários anos.

BRASIL, Tribunal Superior do Trabalho, *Notícias*, 21 de agosto de 2002.

CASEMIRO, Maria Carolina Pereira, “Ciência e Gênero: Academia Brasileira de Ciências e Academia Nacional de Medicina – um estudo de caso”, Niterói, Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Trabalho de Conclusão de Curso, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de maio de 1995.

GUIMARÃES, Reinaldo – “Pesquisa no Brasil – a reforma tardia”, em *São Paulo em Perspectiva*, 16 (4): 412-47, 2002.

MARRY, Catherine, “Les Femmes et la Chimie”, em *Annales des Ponts et Chaussées*, nº 72, 1994.

MELO, Hildete Pereira de & LASTRES, Helena M.M. & MARQUES, Teresa C.de N., “As Mulheres Brasileiras no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação”, em Cuadernos de Iberoamérica, Madrid, Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), 2002, no prelo.

MOREIRA, Ildeu de Castro & MASSARANI, Luisa, “A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 1920”, em *História Ciências Saúde – Manguinhos*, Vol. VII, Nº 3, nov/2000. Fev/2001.

MOTT, Maria Lúcia Barros, “A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico?” em *Revista Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, vol.7, n.1 e 2/1999.

_____, “Partos, Parteiras, Parturientes no século XIX. Mme Durocher e sua época. Tese de Doutorado, São Paulo, USP (História), 1998.

_____, “Madame Durocher” em *Revista Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, vol.X, n.X e 2/1994.

OAKLEY, A., *Sex, Gender and Society: Towards a New Society*, Londres, Maurice Temple Smith Ltd., 1972.

PÉREZ SEDEÑO, Eulalia (editora), *Las Mujeres en el sistema de Ciencia y Tecnologia – Estudios de Casos*, Cuadernos de Iberoamérica, Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), Madrid, 2001.

SÃO PAULO, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – LANDI, Francisco Romeu, *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo – 2001*, São Paulo, FAPESP, 2002.

SOIHET, Rachel, “História das Mulheres”, em CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs), *Domínios da História*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

TABAK, Fanny, *O Laboratório de Pandora – Estudos sobre a ciência no feminino*, Rio de Janeiro, Editora Garamond Universitária, 2002.